A urbanidade em tempos de limpeza: o universo dos carregadores das ruas na cidade de Fortaleza (1870-1910)

DANIEL CAMURÇA CORREIA
Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo)

Resumo
Busca-se com este artigo analisar os significados da limpeza na cidade de Fortaleza, durante as décadas de 1870 e 1910. Em meio às tentativas de cristalizar uma "memória da cidade" referente ao aformoseamento da capital cearense, é possível localizar diversos trabalhadores pobres urbanos, os quais realizavam diferentes saber-fazeres, ocultados por uma imagem médica e higienista. Por meio do rastro destes trabalhadores, questionam-se livros de crônicas e memórias, que revelam Fortaleza apenas por seus prédios e por suas conquistas econômicas.

Palavras-chave
cidade, trabalho de rua, higiene.

Abstract: Search on this article analyze the meanings of cleanliness in the city of Fortaleza, during the decades of 1870 and 1910. During the attempts to crystallize a "memory of the city" about the embellishment of the Ceara's capital, is possible find many poor urban working, that performed different know-doings, hidden by a hygienist and medical imaging. Through the trail of these workers, books of chronicles and memories are questioned, that shows Fortaleza only by its buildings and its economic achievements.
Key-words
city, street work, hygiene.

Pensar os significados da urbanidade, principalmente nas principais capitais brasileiras oitocentistas, geralmente, implica em compreender aspectos constituintes da edificação urbana. Tons que dão sentido a beleza moderna e vibrante, seja da economia ou da política diária daqueles dias. Fortaleza não era exceção da regra.

Com o alvorecer da segunda metade do século XIX, a capital cearense desponta enquanto sinônimo de civilidade, atraindo a atenção do comércio

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

internacional, bem como dos olhares de agroexportadores oriundos dos interiores.

A cidade de Fortaleza chega aos anos de 1880 com calçamentos nas proximidades da praça do Ferreira. Poucas eram as ruas calçadas e aformoseadas, de acordo com o olhar de muitos dos cronistas e memorialistas urbanos (Azevedo, 1980, p. 129).

As principais ruas da cidade ainda estavam repletas de terrenos desabitados[1], propícios à especulação imobiliária, volta e meia invadidos pelas matas que recobriam as margens dos caminhos que rumavam ao centro. A feira livre, existente na calçada da assembleia provincial, que ficava em frente à biblioteca pública, era uma praça coberta de areia com castanheiras, xixazeiros e mugumbeiras antigas (Nogueira, 1980, p. 116).

Era difícil para moradores e transeuntes não se depararem com uma Fortaleza contrastante, na qual dialogavam a efervescente cidade de um lado, e, a tentativa de ocultamento das matas e do mundo natural, de outro.

A capital cearense não exalava apenas o cheiro da modernidade pulsante, pois também não existiam esgotos nem fossas nos principais bulevares. "Era costume de quase todas as residências encher de detritos fecais enormes barricas de madeira" (Azevedo, 1980, p. 129), "que acumulavam-se semanas e quinzenas (...) chamados cartolas" (Barroso, 1989, p. 110), mas também eram conhecidos por quimoas – por carregar o quimo. Estes barris eram recolhidos por Romão, conhecido como quimoeiro, ou carregador de quimoas.

Por meio dos caminhos percorridos por este trabalhador informal, abre-se o espaço de discussão em torno do que foi ou não edificado ou (des)mascarado pela literatura vigente. A despeito das edificações construídas na segunda metade do século XIX, é por meio dos passos deixados pelos moradores urbanos da cidade de Fortaleza que se intenta rastrear os significados da urbanidade e dos trabalhadores das ruas.

Romão era um "antigo escravo bestializado pela miséria". "Imundo", "fedorento" e "sórdido", andava pelas ruas meio curvo, apoiando-se em um varapau, berrando palavrões a todos os momentos. "Sustenta-se de cachaça e come vísceras cruas que compra ou lhe dão na feira, misturadas com farinha de mandioca no fundo do seu fétido chapéu de palha de carnaúba".

No meio do trabalho, tivesse onde estivesse, soltava a "cartola" no chão e adormecia encostado em uma parede ou porta, por causa da bebedeira que fazia durante o "mister". Era neste momento que, cautelosamente, se aproximavam "como chacais ao leão", sua mulher e filhas. Elas tinham medo do seu varapau, mas as "três negras magras e sujíssimas" mexiam em seus bolsos a procura de moedas que sobravam da aguardente (Barroso, 1989, p. 110).

Nas palavras de Gustavo Barroso encontra-se uma imagem clara a respeito de como a população letrada via seus carregadores das ruas. Romão não estava em má situação pelos efeitos da relação com seu ex-senhor, ou por ter sido escravo, mas pelas mãos da miséria. Ou seja, o autor não culpa a escravidão, mas os caminhos escolhidos pelo próprio Romão, independente de sua situação anterior. Aproxima-o da bestialidade na medida em que informa aos seus leitores que o carregador se alimenta de carne crua, afastando-o da condição humana. Por fim, estabelece linhas de parentesco extremamente carnais, tal como se o lobo do homem fossem as mulheres, identificadas como sujas e maltrapilhas.

Em suas memórias, o autor tenta cristalizar uma imagem muito forte em como a população urbana deveria ver e se horrorizar com os andarilhos urbanos. Romão era o antimodelo de cidadão.

De acordo com as crônicas e memórias de época, independente de onde o freguês morasse, Romão passava obrigatoriamente em frente à santa casa de misericórdia, descendo pelo calçamento, que ficava entre o passeio público e a santa casa, até o velho gasômetro e rumando para a praia. Chegando lá, atirava o mal cheiroso conteúdo ao mar. Depois de lavar suas quimoas voltavam para a cidade, direto pela rua Formosa (Azevedo, 1980, p. 130).

Este era o recorrente caminho dos carregadores de imundícies, quando precisavam jogar os dejetos das residências do centro de Fortaleza ao mar. O problema não se encontrava no trajeto em si, inclusive por ser a rota mais acessível e rápida, mas no fato desta rota se encontrar no meio do centro da cidade, defronte aos principais logradouros, cafés, e, principalmente o hospital e o passeio públicos, espaços reconhecidos como símbolos da saúde do corpo e da mente.

De acordo com o código de postura de Fortaleza, Art. 77, desde a década de 1870 "é prohibido lançar nas ruas, praças e mais logares publicos da cidade, aguas servidas, matereaes fecaes, animaes mortos, lixo, vidros ou quaesquer immundicies"[2]. João da Silva Jatahy – então presidente da câmara municipal de Fortaleza – determinou que um guarda ficasse a postos na rampa do gasômetro, servindo de sentinela, mesmo desfalcando o "insufficiente numero de guardas fiscaes"[3]. O guarda municipal a ser convocado foi João Saboia de Castro e Silva. Também foi chamado um guarda cívico para servir de sentinela no local, José Rodrigues do Amorim.

No dia 18 de setembro de 1884, como de costume, Romão se dirigia até a rampa do gasômetro. Eram duas para as três horas da tarde quando João Saboia proibiu Romão de deitar a barrica de lixo, alegando que aquela prática era proibida de acordo com a postura municipal. Nem mesmo na rampa ou na praia, Romão poderia despejar as imundícies.

Porém, o quimoeiro não deu atenção. Indignado, João Saboia chamou José Rodrigues para auxiliá-lo a cumprir a ordem, mas o guarda cívico se negou a prestar o serviço, ocasionando o descumprimento da norma e a ida de Romão até a praia, com sua cartola sobre a cabeça[4]. João Sabóia até tentou colocar a lei em prática. Mas, Romão não deu a menor atenção, tendo em vista o peso que carregava e o demérito que Saboia tinha. Ao chamar José do Amorim, Saboia confirmou ao carregador seu despoder, principalmente pelo fato de Amorim não desejar interferir na situação. Romão seguiu em frente, como fazia de costume.

Apesar da existência da lei, e da necessidade de cumpri-la, não pode ser esquecido o fato de que os dejetos precisavam ser eliminados. Se não fossem os carregadores informais responsáveis por este papel, quem os realizaria?

Romão, com seu "desfile" pela cidade, não chamava a atenção do guarda cívico José Rodrigues do Amorim. Todavia, antes de chegar até a rampa da Misericórdia, a história mudava. Andando pelas ruas, se apoiando em seu varapau e levando a pesada quimoa sobre a cabeça, Romão chamava a atenção de quem ali estava.

Na sua passagem "havia grandes correrias, de homens, mulheres e crianças agarradas e arrastadas pelos pais. Portas e janelas fechavam-se com estrépito", afinal de contas, existia o medo da proliferação das doenças por meio do miasma (Azevedo, 1980, p. 129).

A população urbana, no mesmo passo que demonstrava ojeriza pela figura de Romão, mais lapidada pelas penas dos cronistas e memorialistas do que pelos seus próprios olhos, também reconhecia a necessidade do trabalho realizado pelo carregador. Era o mal necessário, que assistiam diariamente, pelas frestas das janelas. Mas, abriam suas portas e convidavam os carregadores das ruas a adentrarem nas residências, quando os barris estavam cheios, e as comadres precisam ser esvaziadas.

Os carregadores das ruas não poderiam ser vistos apenas como parte da engrenagem da cidade. Não eram todos os moradores que os viam desta maneira. Diferentes eram os sujeitos urbanos que se relacionavam com estes trabalhadores. Afinal de contas, não eram todos os dias que a garotada era "arrastada" pelos pais.

Longe destes olhares fiscalizadores, os meninos que se dirigiam para a escola, ao passarem por Romão, gritavam seu nome acompanhado de rimas com termos baixos terminados em **ão**. De forma alguma, o quimoeiro ficava calado diante dos "moleques". Romão "revidava com as piores obscenidades, rodopiando seu varapau". A criançada corria em disparada, os andarilhos e trabalhadores urbanos se divertiam, Romão se irritava e a população que assistia a tudo de dentro de suas janelas se indignava com a cena (Barroso, 1989, p. 110).

Romão não estava sozinho em seu trabalho. Seu concorrente no ofício era Sabão-mole, mestiço, alto e escavado, "cuja face a amarelidão tornou semelhante ao sabão amolecido na água". Segundo os cronistas de época, Sabão-mole sempre era visto ao lado de uma velhinha, a qual tinha a cara "espapaçada". Esta mulher acompanhava o carregador para todos os lugares, até o dia que o abandonou. Andando solitário pelas ruas, batia de porta em porta perguntando: "Tem limpeza hoje, freguesa?"

A vida de Sabão-mole não era muito diferente da de Romão. Alguns "moleques" também o perseguiam, gritando: "Sabão-mole, cadê a velhinha?"

Irritado, Sabão-mole levantava o seu cajado de jucá com toda sua ira e esbravejava obscenidades para os garotos. Nas casas, quando isto acontecia, as famílias retiravam-se das janelas, batendo vidraças e venezianas. Quando não era reprimido pelas crianças era pelos policiais, que faziam justiça a seu modo. "Em lugar de prender os moleques que o provocam, porque essa utilíssima criatura não faz mal a ninguém, leva-o aos empurrões e trancafia-o no xadrez", segundo Gustavo Barroso.

Realizando seu "mister", algumas vezes Sabão-mole era obrigado a passar pela praça do Ferreira, "então vasto areal emoldurado de árvores antigas, com um cacimbão de pedra de Lisboa ao meio e um café ou quiosque de madeira a cada canto". Padre Macaíba, "sacerdote virtuoso, mas brincalhão", gritava imitando uma voz esganiçada, escondido na farmácia Pasteur do Eduardo Bezerra:

> _Sabão-Mole, cadê a velhinha?
> Sabão-Mole virava-se e replicava:
> _ Estou conhecendo esta voz...é do padre Macaíba...Olhe seu padre, só não digo que está em tal lugar (e solta os palavrões), porque o sr é padre, senão diria...
> O padre ri feliz de sua brincadeira (Barroso, 1989, p. 110).

Trabalhando dia a dia, sendo seguido pela sua família, ouvindo piada de crianças, reprimido por guardas, dormindo encostado nas paredes dos edifícios, bebendo cachaça e comendo em seu velho chapéu, era assim que Romão vivia. Até que em uma tarde de setembro de 1898, ia o quimoeiro levando materiais fecais para a praia, já em frente a santa casa, quando subitamente o fundo do velho vasilhame se rompe, mergulhando a cabeça de Romão dentro do fétido conteúdo. Com falta de ar, cambaleava muito, derramando a substância que o asfixiava em todo seu corpo, seguindo até o chão, empestando a rua.

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

Quem estava próximo corria para longe, os transeuntes do passeio público observavam o acontecimento como um verdadeiro espetáculo. Ninguém tinha coragem de socorrê-lo. Até que as irmãs de caridade da santa casa de misericórdia pediram auxílio aos jardineiros do passeio público que lhe salvassem do sufoco jogando alguns baldes de água sobre ele. Romão escapou da "ignóbil situação". Mas os anos passaram, o quimoeiro envelheceu e não pode mais trabalhar. Viveu seus últimos dias encostado nas paredes da cadeia pública, esquecido e abandonado (Barroso, 1989, p. 110).

Romão e Sabão-Mole eram trabalhadores de ruas. Dois dentre inúmeros trabalhadores que viveram na capital cearense nas últimas décadas do século XIX. A partir desta pequena narrativa construída sobre a vida e o trabalho de Romão, pode-se levantar algumas questões pertinentes sobre o estudo do cotidiano dos trabalhadores de ruas da cidade de Fortaleza, do final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Este trabalho nasceu de um exercício de pesquisa realizado no Programa Especial de treinamento (PET/CAPES) do curso de História da Universidade Federal do Ceará., em 1998. Este exercício consistia em arrolar um corpo documental sobre o período de 1890 até 1900. Baseando-se neste recorte temporal, o objetivo do grupo era catalogar documentos que traziam alguma referência sobre pobreza urbana na cidade. Com a documentação arrolada, ocorreu uma série de debates e confrontos entre o que apontavam a documentação e o que registrava a historiografia tradicional cearense.

A partir destes discursos, foi compreendido que na medida em que se aproximava o final dos oitocentos, Fortaleza estabelecia-se enquanto centro urbano, o que também significava que seus problemas citadinos também se tornavam visíveis. As epidemias eram problemas constantes, atingindo principalmente a população pobre, dos quais, muitos residiam embaixo de árvores ou nos arrebaldes da cidade. O Dr. João Marinho de Andrade, responsável pela higiene pública de Fortaleza, reclamava do ininterrupto aumento da população fortalezense, pelo fato dela ser desorganizada e geradora de males diversos[5]. Um ano antes o Dr João Marinho já havia avisado que

> O nosso serviço de vaccinação é defficiente e imperfeito visto como havemos lympha vaccinica da capital federal ou do exterior, e esta que nos é remettida

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

> nem sempre é proveitosa, si bem que venha com o cunho de garantida e excellente[6]

Não podendo, então cuidar dos doentes em casos de epidemias. O que poderia acontecer a qualquer momento, pois, segundo o médico, 40% da população, entre crianças e adultos, ainda não tinham sido vacinados. O serviço de higiene pública não tinha estrutura alguma para montar um sistema de vacinação sobre a cidade. Na verdade, a inspetoria de higiene não tinha sequer um prédio para realizar suas atividades[7].

Ainda piorava a situação para o Dr João Marinho o fato da população se negar a ser vacinada. Afirma o médico:

> Nestas condições, sujeitos a tentativas experimentaes, somos forçados a aproveitar como o maior escrupulo a lympha humana reproductiva, estabelecendo a vaccinação de braço a braço, e com que dificuldades e embaraços lutamos para bem applical-a e melhor colhel-a, tal é repugnancia dos poucos que a isto se prestam![8]

Mostrando que muito do discurso articulado por aquela elite política e intelectual, não se tornava prática. Depois das discussões realizadas, e findar a primeira etapa, o grupo de estudantes passou a realizar pesquisas individuais, escolhendo uma temática para futuramente chegar a um problema.

No caso, sendo responsável por arrolar os relatórios dos presidentes da província, e percebendo nestes uma ampla discussão acerca da organização da higiene urbana, a temática agora era saúde pública. Com a temática definida, restava buscar evidencias sobre o modo como era pensada e articulada a salubridade de Fortaleza. De que maneira os médicos olhavam para a cidade. Como a população agia diante da disciplinarização do corpo e do espaço.

De acordo com as produções mais recentes sobre a cidade de Fortaleza, era objetivo do poder público cearense manter a assepsia dos espaços e dos corpos. As ruas deveriam permanecer limpas; os produtos alimentícios deveriam ter boa procedência, para isto, eram fiscalizados pela intendência municipal; os trabalhadores deveriam se manter sempre limpos, tudo isto respeitando as posturas municipais da época. Sobre estas questões afirma Sebastião Ponte:

> Se tais prescrições foram ou não de fato cumpridas, é difícil saber. Entretanto, importa perceber que estas determinações municipais desvelam a vigência de um saber que cada vez mais vigia a cidade e povo em seus menores datalhes. Denotando imensa vontade de desodorizar o espaço urbano e modificar hábitos da população, aqueles enunciados certamente acabavam por produzir efeitos de verdade e de poder que foram operando, mesmo que frgmentariamente codificações reguladoras no interior da relação recíproca habitante-cidade. (Ponte, 1993, p. 81)

Fortaleza, para Sebastião Ponte, ganhava junto com o crescimento urbano a disciplina e controle sobre a população. Novos costumes seriam implementados em detrimento dos antigos, considerados agora nocivos a saúde e ao bem comum. Era a "modernização" batendo na porta dos fortalezenses.

Avançando o olhar sobre outras documentações foi percebido, entretanto, que a "modernização" de Fortaleza não alcançava muitas vezes todos os espaços da cidade. Nos arrebaldes, por exemplo, a desodorização e o controle não haviam se estabelecido. De acordo com as atas da câmara municipal de Fortaleza, os fiscais da câmara não conseguiam impor a ordem no matadouro.

Eles tentavam impedir que o *gado vacum* fosse abatido fora do matadouro, bem como vendido fora do mercado municipal ou dos açougues licenciados. Todavia, os populares impediam que os fiscais cumprissem suas obrigações. Por causa disto o intendente se via obrigado a pedir a presença dos guardas cívicos no local para protegerem os fiscais[9]. No que diz respeito à área relativa a "circunscripção urbana" a situação não era muito diferente. Os fiscais não conseguiam cumprir as normas:

> Por toda a cidade, com violação patente da lei municipal, por cujo cumprimento cabe tambem velar a força publica, a cada passo se encontra mercadores ambulantes de carne de gado, sem que tinham satisfeito as exigencias legaes, procurando ao contrario subtrahirem-se á acção fiscal com o emprego de meios violentos que por seu termo reclamam a coação da força publica[10].

Desta forma, na medida em que a pesquisa avançava sobre a documentação, aparecia uma série de indícios sobre trabalhadores pobres e livres na capital cearense. Em sua maioria trabalhadores de ruas, os quais não tinham local fixo de trabalho. Ora estavam nas ruas, colocavam-se nas praças, dirigiam-se para o matadouro público, estavam nas feiras, desciam a rampa da santa casa, ou mesmo prestavam pequenos serviços para as residências nas ruas principais de Fortaleza.

Os trabalhadores das ruas, em sua maioria, não praticavam um único "mister", isto era relativo as necessidades urbanas. Em momentos de seca e epidemias, muitos se tornavam carregadores de cadáveres, empregando-se temporariamente na santa casa. Pelas dificuldades que Fortaleza passava no período de seca, os poderes públicos se viam a mercê dos trabalhadores ambulantes, que determinavam o preço e a hora de trabalho (Theophilo, 1997, p. 21).

Em períodos normais, dividiam-se em diversos trabalhos, muitos se tornavam vendedores de carne verde (fresca), aguadeiros, vendedores de frutas, acrobatas e quimoeiros, como Romão e Sabão-Mole. Outros eram pedintes, batendo nas portas das casas mostrando as chagas deixadas pela epidemia.

Com a leitura sobre a documentação, várias indagações surgiam, tornando o assunto complexo e interessante: quem eram estes trabalhadores de ruas? Como realizavam seus "misteres" numa cidade que a elite política e intelectual queria limpa e controlada? Como pensar em trabalho informal num momento que se desenvolvia na capital cearense um mercado forte, transformando-a hegemônica diante de outras cidades cearense? Como estes trabalhadores se relacionavam com seus fregueses?

Pelo fato destes e de outros trabalhadores das ruas tornarem-se visíveis dentro da documentação, mais uma vez a pesquisa mudou seu enfoque. Os olhares se dirigiam para uma análise sobre o cotidiano dos trabalhadores das ruas da capital cearense do final do século XIX e início do século XX. Na tentativa de analisar suas "maneiras de fazer" dentro da cidade, saber como e aonde constituíam seus lugares de trabalho e de vivências, para compreender a complexa teia social as quais pertenciam.

Para realizar o recorte temporal, foi necessário recuar no tempo. Ao chegar a seca de 1877-79 novos indícios apareceram. Foi percebido nesta pesquisa que anterior a "seca dos três sete", os trabalhadores de ruas não se constituíam enquanto problema para os poderes públicos. O que mais chamava a atenção do intendente da câmara municipal – com relação a limpeza da cidade – era o lixo espalhado pelas ruas:

> Cumpre declarar a V. Ex. que forão dadas as ordens convenientes para serem removidos os esterquilinos (sic) existemtes (...) bem como se tomarão desde logo as medidas convenientes para que não se repita o abuso de amontoar

> lixo e entulhos em outros logares que não sejam os designados por esta municipalidade[11].

Pedia-se, de acordo com o documento a urgência em colocar sentinelas nos locais mais sujos para impedir a proliferação do lixo. Todavia, o discurso não se direcionava a um grupo específico. Eram sempre "a população" os responsáveis pela sujeira na cidade.

Com a vinda da seca, Fortaleza sofre súbitas transformações. De acordo com Frederico de Castro Neves:

> A 'grande seca' de 1877 – ou a 'seca-tipo', como preferia Rodolpho Theophilo, seu grande cronista – trouxe a presença impactante de multidões de retirantes, esfaimados e andrajosos a implorar por ajuda, 'contaminando' a cidade com sua miséria explícita, suas doenças, seus 'vícios', sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização. A vida urbana passa a ser o cenário privilegiado do drama da seca. (Neves, 2000, p. 25)

As pessoas, neste momento, passam a ser o problema. A população da cidade cresce substancialmente. O que incomoda as elites políticas e intelectuais não era apenas a chegada dos retirantes – o que já é o suficiente para o caos na cidade – mas a chegada de uma leva maciça de pessoas, doentes, famintas e desesperadas por socorro. Pessoas que se alojavam embaixo de árvores, nas praças, encostados nos edifícios, na santa casa e nas igrejas. De várias maneiras o poder público tenta dar moradia e trabalho, mas que não chega a ser o suficiente. Muitos acabam por se dirigirem para as periferias, constroem suas casas e ali residem realizando na cidade diversos trabalhos, durante o dia e a noite.

Durante a seca muitos já estavam prestando algum tipo de serviço. Foram os próprios retirantes os responsáveis por levar os mortos por varíola para suas covas, trazendo também medo e repugnância para os moradores da cidade.

> Quantas vezes as familias chegando as janelas de suas casas, entravam horrorisadas porque deparavam com estes esquifes estendidos nas calçadas e ao lado os carregadores que excitados pelo alcool, descansavam da carga palrando sem sem descanso (Theophilo, 1997, p. 13).

Desta forma, à medida que os anos passam, é construído por parte das autoridades públicas e sanitárias longos discursos em nome da "moral", da

“saúde” e da “família” contra a prática “nociva” dos trabalhadores de ruas. Discursos estes que buscam controlar, racionalizar e desinfetar os costumes de carregadores e vendedores ambulantes.

Em 1913, de acordo com o código de posturas, estes trabalhadores já não deveriam existir mais. Pois, para o presidente da câmara, José Brasil de Mattos, para vender carne verde, por exemplo, era necessário ter o “attestado da autoridade ou de dois cidadãos qualificados do districto de sua reidencia, que abonem a sua conducta e attestado medico para provar que não estava doente por moléstias cutâneas ou contagiosas”[12]. Ou seja, a partir da década de 1910, coloca-se em práticas meios para que os trabalhadores de ruas sejam numerados e matriculados na intendência municipal. Os carregadores de cadáveres foram um dos primeiros, pois “na era do automóvel [depois de 1913] os corpos deveriam ser levados “por veículos a motor” (Menezes, 1938, p. 43).

O que não quer dizer, necessariamente, que os trabalhadores das ruas tenham desaparecido de Fortaleza. Pelo contrário, como antes, estes trabalhadores se adequaram – e ainda se adequam – as novas realidades vingentes. Como estavam sempre entre um trabalho e outro, suprimindo um, sempre existia outro para fazer. Muitas vezes prestavam serviços domésticos, ou mesmo esmolavam pelas ruas. No final da década de trinta, ainda existiam “antigos ‘gatos pingados’: João Cavalo, trabalhador de rua, Antonio Coelho, empregado na capatazia da alfandega, e o trabalhador de rua que atende pela alcunha de ‘capitão’” (Menezes, 1938, p. 43).

Assim, é entendido neste artigo que a década de 1910 significa outro momento, em que as estratégias articuladas pelos poderes públicos vão ganhando forma. Mas, por outro lado, também ganham forma às táticas de resistências, a maleabilidade para fugir ou utilizar da nova realidade, mostrando a possibilidade de descortinar fragmentos do passado para compreender-se “modos de vida” de sujeitos que, de forma alguma, estavam fora daquela sociedade.

Cabe, neste momento, voltar à história de Romão e Sabão-Mole. História intrigante não só pelo que conta, mas também o que representa. Por que tanto interesse em um quimoeiro? Por que diferentes pessoas se preocuparam em registrar pequenos fragmentos da vida de Romão? O que o tornou tão interessante e importante para ora aparecer em crônicas, ora em

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme

documentos oficiais? Estas perguntas são difíceis de serem respondidas, mas trazem reflexões outras para este texto. Desde 1877 até anos a fio Fortaleza viu de perto a morte, a miséria e o medo. Os fortalezenses tiveram de conviver com um novo grupo social: os trabalhadores das ruas, espalhados por toda a cidade, dentro e fora da circunscrição urbana. Entretanto, nem só de medo viviam os moradores de Fortaleza.

Concomitante a isso, se quer com este artigo compreender os costumes existentes na cidade de Fortaleza relacionado à limpeza das ruas, ao enterro de seus mortos e a rede informal de venda e trocas de produtos alimentícios, bem como refletir estes costumes frente aos novos valores que trazidos para a capital cearense, ditando novos costumes e novas maneiras de tratamento do corpo e do trabalho, minorizando práticas "feias" e "risíveis".

Desta maneira, fica claro neste artigo que a relação entre a população, principalmente do centro da cidade, e os trabalhadores das ruas era conflituosa, na qual em alguns momentos, a população convidava-os para entrarem em suas residências – para limparem seus quintais, e em outros os expulsava acusando-os de espalharem doenças como a varíola.

Reconhecendo os locais onde estes trabalhadores estavam também se faz possível reconhecer a pluralidade de atividades realizada por eles. É sabido que uma mesma pessoa pode realizar trabalhos diferenciados, desta maneira, realizando a cartografia da cidade pode-se ver os momentos em que um trabalhador de rua é limpador de fossas, vendedor de água, ou mesmo um carregador de cadáver.

Realizado esta problemática, pode-se analisar então a inserção da rede de um "mercado informal" num momento em que as elites econômicas tentavam organizar, juntamente com a elite intelectual e política, um mercado formal cearense, no qual fortaleza, desde 1860 serviria de porto para exportar a produção algodoeira.

Por conta da formação deste mercado, junto ao "desenvolvimento" da cidade, surgi a necessidade econômica em se construir um Mercado – de ferro – que represente a ostentação desta elite econômica e que também serviria de vitrine para estes mostrarem para a população a força e a firmeza de seu poderio. Entretanto, a rede informal de venda e troca de produtos –

principalmente alimentícios – minava a construção de Fortaleza enquanto uma cidade organizada, política, social e economicamente.

Os vendedores de carne verde, por exemplo, não passava seus produtos pela inspeção dos médicos da intendência, o que acarretava no baixo preço da carne. Desta forma, o preço da carne verde vendida nos açougues, dentro do mercado público era sempre mais caro, obrigando parte considerável da população comprar com os vendedores de porta em porta.

Muitas questões foram abordadas no presente artigo, todavia buscou-se centralizar as discussões em torno das formas pelas quais os carregadores e vendedores ambulantes se articularam, no espaço urbano, para deixarem em evidência seus saberes e fazeres. Para se organizarem na cidade de Fortaleza, principalmente no final do século XIX e início do XX, os trabalhadores das ruas estavam presentes nos diversos segmentos da sociedade, seja através da presença física ou mesmo por intermédio da pena de escritores e memorialistas.

Diferentemente de outros momentos da história de Fortaleza, foi a partir do final da década de 1870, que os moradores da cidade tiveram de reconhecer os trabalhadores informais como sujeitos atuantes e transformadores da sociedade.

Fugidos da seca, bem como das relações patriarcais que pouco ajudaram os sertanejos a se abrigarem contra a seca, se dirigiram para a sede do poder instituído em busca de socorros públicos, de trabalho e comida para seus familiares. Chegando em grande quantidade, superlotando os espaços públicos da acanhada capital cearense, os camponeses foram obrigados a realizar os serviços de empedramento das ruas e a construção de outros equipamentos urbanos.

Por causa das más condições de trabalho e moradia em abarracamentos e alimentação, se dirigiram para dentro da circunscrição urbana, para exigirem o direito de viverem com maior dignidade. Enquanto isso passaram a realizar pequenos serviços, que atendessem tanto a necessidade daqueles que habitavam os arrabaldes, como os que viviam nos principais *boulevards*.

Com esta nova população, adventícia ou não, os fortalezenses passaram a depender destes ofícios. A varíola exigiu dos poderes públicos a contratação de homens que enterrassem os retirantes mortos nos superlotados

abarracamentos, elaborando assim o saber-fazer de verdadeiros mestres na arte de ornar, carregar e enterrar os entes perdidos.

Limpando as ruas, abastecendo as casas com doces, salgados, água e/ou carne verde, aqueles homens e mulheres conquistaram a visibilidade nas ruas, praças e mercados públicos. Ao mesmo passo sofreram diversos mecanismos de repressão através de leis, da imposição de guardas e fiscais da câmara ou do olhar clínico e higienizador de médicos e sanitaristas. Com a falta de carne na cidade, muitos souberam se aproveitar da situação, trazendo o produto de outras regiões, para garantir o sustento; outros preferiam roubar dos mercados públicos para tentarem impedir o aumento excessivo dos preços da carne fresca ou salgada.

Os policiais, mesmo sabendo que eram responsáveis em conservar a moralidade e as leis citadinas, nada – ou muito pouco faziam para conter as atuações dos vendedores e vendedoras ambulantes. Muitos guardas, como os trabalhadores das ruas, sabiam o quanto era difícil trabalhar e viver em Fortaleza. Eles também eram moradores dos arrabaldes e sabiam que os pais precisavam alimentar seus filhos. Assim, não só faziam "vistas grossas" para com os populares como também realizavam seus pequenos trabalhos para cuidarem de seus familiares.

À medida que os fortalezenses precisavam que alguém que retirassem de suas casas as imundícies, os animais mortos ou que levassem seus parentes ao cemitério, também exigiam compostura, ordem e obediência – fora à obrigatoriedade em pagar os impostos e multas, quando descumpriam as normas. Para a cidade que se queria aformoseada, a presença dos quimoeiros e aguadeiros se faziam indispensáveis, mas estes trabalhadores passaram a ser cobrados pelos novos ditames da sociedade.

Por conta disto, mais uma vez os homens e mulheres responsáveis em vender nos cinemas, nas festas, nas portas de escolas e bancos, seus saborosos quitutes, tiveram de se readaptarem a esta nova exigência dos fregueses, reordenando suas "vitrines" e chamando a atenção dos transeuntes, com cantos, contos, piadas e histórias dos idos passados para atraírem seus antigos consumidores.

Com muita astúcia e inteligências, ficaram registradas nas memórias de Fortaleza, as piadas e os meios, de modo geral, que fizeram com que estas

pessoas continuassem a realizar seus serviços até os dias de hoje. A prática da piada e do riso popular ficou tão evidente na capital do estado do Ceará que os populares incluíram em sua identidade a veia cômica. No que diz respeito àqueles que escreveram as histórias daqueles dias, o humor e o trabalho de ruas ganhou duas características que até hoje são marcas indeléveis do estereótipo do cearense, a loucura, pelo modo como viviam e trabalhavam e o epíteto depreciativo do "tipo de rua", pela forma como eram retratadas as maneiras de viver e de trabalharem.

Pois, outro ponto que se tentou destacar neste texto foi à diferenciação entre o riso popular e o riso sobre o popular, marcas distintas, criadas por grupos distintos, mas que revelam o conflito e a disputa entre aqueles que viveram e os que escreveram sobre a "Fortaleza doutrora". Na ânsia de estabelecer referências identitárias sobre os trabalhadores das ruas os memorialistas, antes de qualquer coisa, bestializaram os populares, fossem eles brancos ou negros, homens ou mulheres, livres ou cativos.

O que se torna contraditória na medida em que se analisa e problematiza tanto as crônicas sobre a cidade, quanto à leitura de periódicos, documentos oficiais ou mesmo textos literários. Pois, ao descreveram diversificados aspectos da sociedade fortalezense, também revelam a complexa teia social que os populares inventavam para conquistarem mais espaço na *urbe*. Ao observar as "maneiras de fazer" das pessoas que brincavam e trabalhavam no entrudo, ficou perceptível a forma que os trabalhadores das ruas se utilizavam da piada para rirem e desmoralizarem o poder instituído. No dia a dia esta prática social ficava mais evidente. Por outro lado, ao governo tentar organizar e racionalizar a festa popular recebia respostas precisas e inteligentes, com algumas fantasias no corpo, várias máscaras no rosto e muitos confetes no chão.

Apesar da intensa utilização da brincadeira, do deboche, do riso e da piada, os trabalhadores das ruas sabiam que por detrás do formal estava o real. Muito pouco adiantaria para os moradores dos arrabaldes da cidade se render a superficialidade da racionalização dos corpos e dos espaços, para que passassem a seguir regras e valores distantes de seus costumes e tradições, e viver uma mentira que não traria nada de novo ou de melhor para sua sobrevivência.

Preferiram lutar em nome de seus saberes, por seus familiares e pela liberdade em atuar nos diferentes espaços públicos, ganhando dinheiro e visibilidade numa sociedade confusa e gerida por uma categoria social de poucos recursos, mas com muita vontade de impor seus valores (a)morais e estéticos.

Pelo próprio crescimento da cidade – asfalto, canalização do sistema de esgoto, ampliação de ruas e avenidas – assim como a imposição de regras – racionalização dos transportes de cadáveres, manutenção dos materiais fecais, inspeção sanitária, vacinação obrigatória – e a chegada de novos equipamentos urbanos – dos automóveis, ônibus, construção de cemitérios, hospitais – os trabalhadores das ruas tiveram de abandonar muitos dos "misteres" que realizavam.

O que não quer dizer, necessariamente, que desapareceram da cidade. De forma alguma. Assim como os seus conterrâneos cosmopolitas, os trabalhadores informais tiveram de se readequar a nova realidade da Fortaleza do século XX – seja varrendo as ruas, lavando janelas, lavando carros, trabalhando nas borracharias, ou mesmo levando e trazendo encomendas das empresas de pequeno e médio porte.

Assim como as diversas categorias sociais existentes nos centros urbanos brasileiros, os carregadores e vendedores ambulantes da cidade de Fortaleza tiveram constantemente de repensar e refazerem seus papéis praticados por eles. Cabe, principalmente, aos historiadores estarem atentos a estas rupturas e permanências, porque somente aquelas pessoas viveram, trabalharam, riram e sofreram nos anos passados. Aos pesquisadores resta ouvi-los e compreender os conflitos de seus dias, problematizar as marcas de seus rostos e analisar as relações sociais indicadas pelas documentações.

Se Romão e Sabão-Mole batiam de porta em porta, isto significava dizer que eles estavam ali, convivendo com a população. Os trabalhadores das ruas vendiam os produtos alimentícios nas praças, gritando seus pregões; estavam em frente ao banco Gentil, com seus tabuleiros, vendendo quitutes maravilhosos; realizavam pequenos serviços domésticos; levavam seus mortos até o cemitério, sempre pela rua das flores.

Com os indícios que as fontes mostram, é possível delinear uma cartografia da cidade que permite ter uma noção por onde, como e quando os

trabalhadores informais utilizavam a cidade. Compreender de quais formas ocorria os confrontos com a guarda municipal, em embates – físicos muitas vezes – que demonstravam que a lei não era cumprida.

Se Romão e Sabão-Mole "desfilavam" com suas "cartolas" por toda cidade, isto significa que nem todos batiam as portas quando eles se aproximavam. Pelo contrário, existia uma relação complexa entre fregueses e trabalhadores de ruas. Havia momentos em que estes eram repudiados, e outros em que estes eram convidados a entrarem nas residências para limparem quintais, cavarem poços, servirem de criados domésticos. Muitos compravam carne verde, frutas e água de mercadores ambulantes, o que, consequentemente, minava a tentativa de organizar a venda destes produtos dentro do mercado público. Com a "presença impactante" dos vendedores de porta em porta se tornava difícil manter o funcionamento da economia formal interna.

Por último, se Romão e Sabão-Mole eram tidos como motivo de risos e brincadeiras por parte da população, isto significa dizer que este espaço é propício para a construção do estereótipo do "tipo popular", destacado como imagem do risível e do negativo. A imagem do "tipo" ganha duas faces em uma mesma moeda: a irreverência do seu jeito de vestir e falar e as marcas da pobreza e da loucura.

Enfim, busca-se nesta pesquisa "aspectos informais do nosso passado" (Pinto, 1994, p. 7), a movimentação das ruas, o vaivém de carregadores e vendedores ambulantes na cidade de Fortaleza, tenta-se compreender as táticas de sobrevivência de trabalhadores informais que estavam constantemente vigiados pela elite política e sanitária da capital cearense, elaborando posturas municipais e articulando o papel de guardas e fiscais para a implantação da ordem e do sossego público, o que em dados momentos aconteciam e em outros não.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, O. de. Fortaleza Descalça; reminiscências. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980 (Col. José de Alencar).

BARROSO, G. Memórias de Gustavo Barroso. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

MENEZES, R. de. Coisas que o tempo levou... (Crônicas históricas da Fortaleza antiga). Fortaleza: Edésio Editor, 1938.

NEVES, F. de C. A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NOGUEIRA, J. Fortaleza Velha; crônicas. 2º ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980 (Col. José de Alencar).

PINTO, M. I. B. Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914.São Paulo: Edusp, 1994.

PONTE, S. R. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multgraf Editora.

THEOPHILO, R. Varíola e Vacinação no Ceará. – Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

---

[1] Ata da Presidencia da Camara Municipal da Fortaleza, em 18 de setembro de 1884.
[2] Codigo de Posturas da Camara Municipal da Fortaleza. Fortaleza: Typ. Minerva, 1916, p – 16.
[3] Ata da Presidencia. Op. Cit.
[4] Idem, Anexo.
[5] Relatorio que o Secretario Interino dos Negocios do Interior Bacharel Thomas Pompeu Accioly apresenta ao Exm Sr. Presidente do Estado, 1894, p – 71.
[6] Relatorio que o Secretario Interino dos Negocios do Interior, Antonio Salles apresenta ao Exm Sr. Presidente do Estado, 1893, p – 37.
[7] Relatorio que o Secretario Interino dos Negocios do Interior Bacharel Thomas Pompeu Accioly apresenta ao Exm Sr. Presidente do Estado, 1895, p – 66.
[8] Relatorio, 1894. Op. Cit., p – 71.
[9] Intendencia Municipal, Fortaleza, 25 de setembro de 1906, nº 788.

[10] Idem
[11] Paço da Camara Municipal da Cidade da Fortaleza, em Sessão Ordinaria de 21 de julho de 1871, nº 21
[12] Codigo de Posturas. Op. Cit., p – 13.

MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 12 (30), 2011 (jul./dez)
Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394
Disponível em http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme